



VOZES DO NORTE DE MOÇAMBIQUE



www.cddmoz.org

Domingo, 1 de Outubro de 2023 | Ano III, n.º 124 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

EXTREMISMO VIOLENTO NO NORTE DE MOÇAMBIQUE

Seis anos de ataques dos extremistas violentos no norte de Moçambique: situação actual e dinâmicas do conflito

- O conflito em Cabo Delgado completa seis anos no dia 5 de Outubro de 2023. O seu início teve lugar na vila municipal de Mocimboa da Praia, um dia depois da comemoração do 25º aniversário da assinatura dos Acordos Geral de Paz de Roma e quatro dias depois do término do XI Congresso do Partido Frelimo. Os seis anos do conflito são assinalados numa altura em que, por um lado, se registam avanços significativos no combate aos extremistas violentos e morte dos seus principais líderes e, por outro, decorrem as sextas eleições autárquicas.





O que pareceu ser um acto isolado de jovens “bandidos” que deveriam se entregar no prazo de sete dias, citando o apelo do Comandante-Geral da Polícia da República de Moçambique – Bernardino Rafael, num comício popular no distrito de Mocímboa da Praia poucos dias depois do primeiro ataque, tornou-se rapidamente num dos maiores problemas dos últimos anos, não só para a população de Cabo Delgado e de Moçambique no geral, mas também para os países da região, da África e do mundo.

Os ataques iniciaram num contexto em que Moçambique caminhava a passos largos para o início da exploração do gás da Bacia do Rovuma, com o potencial de transformação da economia da província e de todo o país. A eclosão do conflito motivou o surgimento de instituições para atender ao processo de reconstrução, como a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), agências nacionais e internacionais de apoio humanitário. Embora de forma descoordenada, estas agências conseguiram reduzir o sofrimento das pessoas que se deslocavam das zonas em conflito para zonas consideradas seguras, através de apoio alimentar, psicossocial, kits de abrigos, abertura de centros de reassentamentos, etc. Passados seis anos e em ano eleitoral, qual é a dinâmica do conflito, o que melhorou e quais são as perspectivas para Cabo Delgado e a região norte de Moçambique?

O que pareceu ser um acto isolado de jovens “bandidos” que deveriam se entregar no prazo de sete dias, citando o apelo do Comandante-Geral da Polícia da República de Moçambique – Bernardino Rafael, num comício popular no distrito de Mocímboa da Praia poucos dias depois do primeiro ataque, tornou-se rapidamente num dos maiores problemas dos últimos anos, não só para a população de Cabo Delgado e de Moçambique no geral, mas também para os países da região, da África e do mundo.



Das fragilidades do Exército moçambicano ao apoio internacional e a criação da Força Local

As fragilidades do Exército moçambicano tornaram-se visíveis logo nos primeiros momentos devido à limitação de recursos financeiros e materiais, mas sobretudo ao difícil e problemático relacionamento com as comunidades locais afectadas pelo conflito. Não admira que a classe castrense tenha sido aquela que mais mudanças sofreu na sua hierarquia de comando desde a eclosão do conflito em 2017.

As fragilidades do sector permitiram a sua captura por redes de corrupção, cujo expoente máximo foi a descoberta no mês de Maio de 2022 de cerca de sete mil soldados inexistentes (fantasmas) que retiravam dos cofres do Estado recursos que se investidos poderiam trazer um grande impacto no Teatro Operacional Norte. Basta referir que sete mil soldados é maior que o somatório das tropas da SAMIM (Missão militar da SADC em Moçambique) e do Ruanda que apoiam no conflito em Cabo Delgado.

Antes da chegada das tropas do Ruanda e da SAMIM, foram contratadas empresas privadas de segurança da África do Sul e da Rússia, nomeadamente o Dick Adviser Group (DAG), Paramount e Grupo Wagner. A contratação destas empresas suscitou debates controversos na sociedade, pois não se conheciam os limites e os

instrumentos que regiam a sua actuação e as razões da priorização de empresas privadas na defesa da soberania de Moçambique.

Nesta senda, o Governo moçambicano abriu as portas para a entrada de tropas dos países da região austral de África (SAMIM), mas foram militares e polícias do Ruanda que desembarcaram em primeiro lugar e rapidamente recuperaram a vila municipal de Mocímboa da Praia e postos administrativos dos distritos de Mocímboa da Praia e Palma.

Em 2020, os antigos combatentes da Luta de Libertação Nacional no planalto de Mueda decidiram criar uma Força Local que teve pronto apoio do Governo moçambicano.

O Chefe de Estado prometeu resolver todas as preocupações apresentadas por este grupo. Em Dezembro de 2022, a Assembleia da República aprovou com votos da bancada do Partido Frelimo a proposta de aditamento do artigo 7A na Lei n.º 18/2019, de 24 de Setembro (Lei da Defesa Nacional e das FADM), com objectivo de dar enquadramento legal à Força Local. Consequentemente, na sessão de 4 a 5 de Abril de 2023, o Conselho de Ministros aprovou o Decreto que estabelece a Força Local e aprova o respectivo estatuto, através do Decreto n.º 15/2023,

de 14 de Abril, que define a Força Local como agrupamento excepcional e temporário constituído por cidadãos nacionais pertencentes a uma determinada comunidade que, de forma voluntária, se organiza para contribuir na sua auto-defesa contra ameaças à soberania e à integridade territorial.

A grande questão que se coloca é que o decreto que estabelece a Força Local e aprova o respectivo Estatuto apresenta lacunas que, futuramente, poderão resultar em graves problemas de segurança. A começar, desde logo, pela forma como as pessoas de uma comunidade se tornam membros da Força Local e, adicionalmente, pela precarização da sua actuação.

De 2022 a 2023, notou-se a redução do número de ataques e a melhoria das condições de segurança, com a consolidação das posições da SAMIM e das tropas ruandesas, situação que permitiu o regresso das pessoas deslocadas às suas zonas de origem – estima-se que cerca de 409 mil pessoas já retornaram às suas comunidades, das mais de 800 mil deslocadas. Os avanços das tropas que operam em Cabo Delgado culminaram com a morte de comandantes sêniores dos extremistas violentos: Abu Kital e Ali Mahando, mortos durante o assalto à floresta de Catupa, a 8 de Agosto; Bonomade Machude Omar, também conhecido como Ibn Oma, morto em Setembro. Ademais, o efectivo dos extremistas violentos activos foi recentemente estimado pelas Nações Unidas como estando entre 180 e 220, abaixo dos 280 combatentes estimados em Dezembro de 2022. A SAMIM encontra-se na fase de “pacificação”, que deverá decorrer até Outubro de 2023, em preparação para a sua retirada prevista para Julho de 2024.

Antes da chegada das tropas do Ruanda e da SAMIM, foram contratadas empresas privadas de segurança da África do Sul e da Rússia, nomeadamente o Dick Adviser Group (DAG), Paramount e Grupo Wagner. A contratação destas empresas suscitou debates controversos na sociedade, pois não se conheciam os limites e os instrumentos que regiam a sua actuação e as razões da priorização de empresas privadas na defesa da soberania de Moçambique.

Retirada da ajuda alimentar, mendicidade e trabalho infantil

A ajuda humanitária, que numa primeira fase chegava aos deslocados internos sem muitos sobressaltos através das agências internacionais e de ondas de solidariedade, já não se faz sentir nos centros de reassentamento dos deslocados internos. Em Pemba, por exemplo, o custo de vida agravou-se nos últimos anos, tornando a capital de Cabo Delgado numa das cidades mais caras do país. A forma como a ajuda alimentar era feita – distribuição de senhas para o levantamento de alimentos junto de comerciantes locais, precipitou uma subida generalizada dos preços de produtos alimentares. As deficiências na continuação da ajuda aumentou o índice de mendicidade nas ruas das cidades de Pemba e Montepuez e em muitos pontos onde estão os deslocados internos. A falta de ajuda alimentar aumentou também o trabalho infantil de crianças que são enviadas às ruas para vender alimentos confeccionados. Com vista à recuperação de infra-estruturas destruídas pelo conflito e desenho de programas para permitir a criação de condições objectivas para a não adesão dos jovens ao extremismo violento, o governo criou a ADIN e aprovou vários programas e projectos. Com mais de dois mil milhões de dólares orçamentados, o sistema de reconstrução de Cabo Delgado carece de clarificação para se saber quem faz o quê, onde, como e quando. Embora o conflito tenha abrandado, em determinados pontos, como é o caso de Palma, este processo não é acompanhado com o mesmo ritmo na reconstrução de infra-estruturas sociais e apoio humanitário nos locais onde a população reside. Portanto, a falta de coordenação entre as instituições no ramo da reconstrução e a fragilização da estrutura da ADIN não permitem vislumbrar tão cedo uma melhor resposta em termos de reposição de infra-estruturas e o regresso das populações às suas zonas de origem.

Défi ce de oferta de serviços públicos

A crise humanitária provocada pelo extremismo violento arrastou muitas pessoas para zonas consideradas seguras, onde se destacam a cidade de Pemba, os distritos de Montepuez, Chiúre e Metuge. Entretanto, se é verdade que antes dos ataques as condições em termos de oferta de serviços públicos de educação, saúde e água e saneamento eram bastante deficitários, é também verdade que as condições se deterioraram ainda mais com o incremento sem precedentes da população e sem nenhuma reacção rápida por parte das estruturas dentro da província. Os serviços de saúde estão bastante pressionados e as unidades sanitárias são caracterizadas por longas filas para o atendimento e falta de medicamentos; as escolas trabalham com sobrelotação nas turmas num contexto em que foram construídas poucas salas de aulas para responder à demanda. As longas distâncias que os alunos percorrem para chegar às escolas está a contribuir para desistência de crianças e raparigas. Em Pemba, Mueda e Montepuez, por exemplo, a crise de água que sempre caracterizou estas zonas urbanas agudizou-se e agora é normal ficar-se semanas sem jorrar água nas torneiras.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Coordenador do Programa: Américo Maluana
Editor: Emídio Beúla
Autor: Abdul Tavares
Layout: CDD

Contacto:
Av. Marginal nº 1182, Bairro de Cariacó, Cidade de Pemba – Cabo Delgado
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique